



EDITORIAL – MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DO REGIME MILITAR NO BRASIL: ESTUDOS CONTINUADOS

Editorial – Memories and stories of the Military Regime in Brazil: continued studies

Depois de um período de reorganização das memórias e das histórias dos diferentes setores da sociedade sobre o Regime Militar no Brasil – entre 1964 e 1985 –, importa-nos continuar, persistir ou retomar os estudos e as publicações em resposta às perguntas pelas novas estruturas mnêmicas que se fazem notar. Nas categorias de Reinhart Koselleck, poder-se-ia dizer que existem experiências que podem ser continuamente estudadas e expectativas que podem ser retraçadas por meio de novos horizontes políticos, democráticos, científicos.

Embora a “memória social” não se confunda com a História – conforme é corrente compreender entre os historiadores, e, por conseguinte, exista, *de per se*, de maneira “autônoma” e “orgânica” – interessa-nos perceber as rupturas, as desconstruções, as discontinuidades e as reorganizações dos seus “fios condutores”. Reconhecidamente, os governos brasileiros engendraram uma “justiça de transição” tardia e inconclusa; em certos aspectos, a “justiça de transição” no país ocasionou frustrações em termos de negociações como “ajeites”, consecuições como “pesquisas realizadas” e resultados como “respostas” aos empenhos de parte da sociedade civil. No entanto, os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade e de outras comissões – merecedores de avaliações, de análises, e, por lógico, de críticas – demarcaram um outro “tempo de memória” entre os anos de 2012 e 2014 (trata-se de parte de uma memória maior em fase de “realinhamento”).

Decorridos mais de 50 anos do golpe civil-militar que instaurou o Regime Militar no Brasil, estimulamos, outrossim, a comunidade acadêmica à reflexão com base nos textos publicados no **Dossiê Especial: “Memórias do Regime Militar no Brasil e uma Justiça de Transição Inacabada: vozes, propostas, estudos”**, da Revista *Poder & Cultura*, editada pelo Laboratório de História, Cinema e Audiovisualidades da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LHISCA-UFRJ), coordenado pelo Prof. Dr. Wagner Pinheiro Pereira. Para a composição do Dossiê, estudos sobre o Regime Militar em seus mais variados aspectos – sociais, econômicos, culturais, entre outros, foram bem-vindos, bem como as novas avaliações historiográficas da contestação à ditadura militar.

Experiências e histórias de vida, de traumas, de dramas e de tramas puderam estimular a polissêmica pretendida no Dossiê, pois, seja por meio de entrevistas, ou com fulcro em “documentos

regulares”, entre outros aportes documentais, almejou-se dar ouvidos às narrativas e às memórias de sofrimentos, de tortura, de exílio, de rupturas, de ausências e de retornos. Ulteriormente, importou-nos considerar os textos que contemplaram as recentes concepções sobre a “justiça de transição” no país a partir de diferentes noções, assim como de iniciativas diversas dos governos ou de parte da sociedade civil.

O primeiro texto do Dossiê, *“Os descendentes da dor: memórias dos filhos da luta armada”*, escrito por Fernando Perlatto, aborda as consequências da luta armada no Brasil para os filhos dos opositores da ditadura militar com base nos documentários: “15 filhos”, de Maria Oliveira e Marta Nehring e no livro recém publicado “Em nome dos pais”, de Matheus Leitão.

Na sequência, o texto de Marcelo Hornos Steffens recebeu o título de *“A linha dura nas páginas da Folha de S. Paulo: análise dos editoriais publicados entre os anos de 1964 e 1972”*. Steffens estudou editoriais do período de 1964 e 1972 e os analisou sob a perspectiva das representações elaboradas no Jornal a respeito dos presidentes-militares.

Na sequência, *“Da página ao palco, do roteiro à encenação: Roda Viva de Chico Buarque (1967) e de Zé Celso (1968)”* é um artigo escrito por Mariana Rosell que propôs a compreensão das escritas dramaturgic e cênica da peça *Roda Viva* escrita por Chico Buarque em 1967 e dirigida por José Celso Martinez Corrêa em 1968.

Em *“A Idade da Terra (1980): as alegorias do poder autoritário na América Latina sob o olhar de Glauber Rocha”*, Quezia Brandão, entre outras análises, compreende o projeto histórico-cinematográfico do filme *A Idade da Terra*, do cineasta Glauber Rocha em 1980 – criado desde 1965 quando da criação do roteiro *América Nuestra*. A autora procedeu com análises internas e externas à obra de Glauber Rocha, além de ter descortinado o contexto em que o cineasta estava inserido na década de 1970.

De Cleverton Luis Freitas de Oliveira, o artigo intitulado *“A Ação Popular no Rio Grande do Sul e suas estratégias de integração na classe trabalhadora sob a ditadura de segurança nacional (1964-1972)”*, integra o Dossiê com a proposta de entendimento das estratégias utilizadas pela AP para dialogar com a classe trabalhadora no sul do país. O suporte documental utilizado por Oliveira foi composto por entrevistas com ex-militantes da organização, entrecruzadas com documentos escritos.

De Marta Gouveia de Oliveira Rovai e Lincoln Felipe Salomon Costa, o artigo *“Orvil: Justificativas para o auto-perdão em tempos de transição política”*, apresenta o “projeto Orvil”, do Centro de Informações de Exército, CIE, que ainda é um suporte utilizado por parte dos militares como justificativa para

diferentes ações; outrossim, o texto é um contributo para uma reflexão sobre o “auto-perdão” e as nuances da memória.

No texto *“A Comissão Nacional da Verdade como instrumento de justiça de transição e efetivação do direito à memória política no Brasil: uma análise da produção bibliográfica”*, de Luis Rodrigo de Mesquita Tiago, a tônica na memória política como instrumento para a Justiça de Transição é candente e se demonstra por meio de análises bibliográficas.

Finalmente, o artigo de Danielle Dias Gatti: *“Processo transicional no Brasil: história, memória e verdades”*, aponta para o desenvolvimento da Justiça de Transição no Brasil, desde o período posterior à ditadura militar para os tempos “redemocratizados”; ademais, a autora perscruta elementos mnêmicos que percorrem temporalmente a Lei de Anistia até o relatório final da Comissão Nacional da Verdade.

Na seção de entrevistas, o historiador e oralista Leandro Seawright Alonso incluiu uma apresentação às seis narrativas gravadas e materializadas a partir de procedimentos da história oral: *“Entrevistar é transitar: uma passagem por histórias de vida, de religiosos, de resistentes e de apoiadores da ditadura militar brasileira – seis entrevistas”*. Nesta breve apresentação, o autor escreve, de forma provocante, sobre a sua concepção de entrevistas no campo disciplinar da história oral. Na sequência, disponibilizou as seguintes entrevistas com os respectivos “tons vitais” que, entre outras, utilizou como suporte documental em sua tese de doutorado: *“Ritos da oralidade: a tradição messiânica de protestantes no Regime Militar Brasileiro”*, defendida, em 2015, no Departamento de História da Universidade de São Paulo – FFLCH/USP:

- Entrevista com **Anivaldo Pereira Padilha**: “Se eles precisaram de oito brutamontes para me torturar é porque eu sou moralmente mais forte”.
- Entrevista com **Mozart Noronha**: “Eu fiz o sepultamento do ex-presidente Geisel e não a ressurreição dele ou do Regime Militar”.
- Entrevista com **Ana Maria Ramos Estevão**: “Da mesma forma que achava que tinha que ser missionária na Igreja Metodista, na militância política fui às últimas consequências”.
- Entrevista com **Jorge Pinheiro**: “Saí do paredão de fuzilamento: enquanto ele conversava comigo, nós ouvimos os tiros”.
- Entrevista com **Milton dos Santos**: “Sempre fui um anticomunista, antimarxista, antileninista, antistalinista – não suporto essa gente”.
- Entrevista com **Élio Eugênio Müller**: “Lembro-me muito bem da Revolução redentora que chamo de *A Redentora*”

Ainda na seção de entrevistas, a pesquisadora Marta Gouveia de Oliveira Rovai apresentou as narrativas publicadas neste número por meio de um texto que intitulou de *“Escutar eticamente: o momento em que nos tornamos mediadores”*. A cada linha – no “masculino” e no “feminino” –, as entrevistas se mostraram reveladoras de propostas que dimensionam a história oral pelos caminhos dos dramas e das agruras sofridas por ações da ditadura militar ou da resistência ao arbítrio. Abaixo, seguem as entrevistas realizadas por Marta Gouveia de Oliveira Rovai com os seus respectivos “tons vitais”:

- Entrevista com **José Ibrahim**: “Eu vou carregar o que eu me tornei pra sempre”.
- Entrevista com **Roque Aparecido da Silva**: “O sonho não ficou lá atrás...”.
- Entrevista com **Iracema Maria dos Santos**: “É como aquela música, sabe?: ‘Você me prende vivo, eu escapo morto?’”.
- Entrevista com **Sandra Nogueira**: “Acho que quando isso tudo aconteceu, as mulheres que faziam parte das famílias desses guerrilheiros, automaticamente elas se tornaram as grandes guerrilheiras, as grandes lutadoras!”.

Este número especial da Revista *Poder & Cultura* conta também com artigos de temáticas diversas, tais como: *“Compreendendo a ascensão e o declínio do soldado-cidadão grego com o auxílio de Fernand Braudel e Max Weber – parte 1”* e *“Compreendendo a ascensão e o declínio do soldado-cidadão grego com o auxílio de Fernand Braudel e Max Weber – parte 2”*, escritos por Gustavo H. S. S. Sartin; esta seção traz ainda os artigos: *“Calendários maias como marcadores culturais e políticos da diferença: mecanismos mesoamericanos de produção de fronteiras étnicas”*, de Thiago José Bezerra Cavalcanti; *“As elites indígenas maias no contexto do período colonial: a reescrita de seus documentos (Guatemala, século XVI)”*, de Karina Aparecida Avelino Monte; *“Primeiros passos do Muralismo Mexicano e suas influências políticas e ideológicas”*, de Felipe Deveza; *“(Re)formulações romanescas e ironia em A Gloriosa Família, de Pepetela”*, de Eliane R. de Góes; *(Re)lendo a História pelos olhos de uma criança. José Cardoso Pires e o conto “Celeste e Lãlinha – por cima de toda a folha”*, artigo escrito por Akemi Magalhães Moura Aoki e Pedro Beja Aguiar; prossegue com o texto intitulado: *“A virtualidade das religiosidades evangélicas e seus desafios: Uma conversa a partir de Giacomo Marramao e Mark C. Taylor”*, escrito por Jorge Pinheiro; Derradeiramente, desfecha os artigos de temáticas livres o texto *“Identidade e Memória Fronteiriça: o chibo, trabalho de subsistência ou prática cultural?”*, de Marilce Auxiliadora Mari e Sonia Maria dos Santos Marques.

Depois da interessante e diversificada seção de artigos com temáticas diversas, este número especial apresenta, ainda, a resenha do livro escrito por Marcos Gunterman: *“Nazistas entre nós. A*



trajetória dos oficiais de Hitler depois da guerra”, editado pela Contexto no ano de 2016. Esta resenha foi escrita por David Rodrigues Silva Neres.

Esperamos que as contribuições dos pesquisadores dedicados às novas abordagens sobre temáticas sempre vívidas na produção historiográfica realizada no contexto de frágeis contornos democráticos no Brasil da “Exceção” e da “Regra”, tragam-nos novos horizontes de expectativa. Que este número mobilize a “consciência histórica”. E que a democracia seja um ideal buscado com maior veemência.

Convidamos os leitores a divulgarem este Dossiê!

Boa Leitura!

Leandro Seanwright Alonso¹

Marta Gouveia de Oliveira Rovai²

¹ Doutor em História Social e pós-doutorando no Departamento de História da Universidade de São Paulo – FFLCH/USP. Coordenador do Núcleo de Estudos em História Oral – NEHO/USP. Professor substituto da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD/MS. E-mail: leandroneho@gmail.com

² Professora Adjunta na Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL/MG. Pós-Doc pela Universidade Federal Fluminenses – UFF. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo – FFLCH/USP. Líder do grupo de pesquisa História do Brasil: memória, cultura e patrimônio. E-mail: marta.rovai@unifal-mg.edu.br